

ELEIÇÕES

Alagoas escolhe novo governador no domingo

Por pleito indireto, deputados estaduais decidem quem fica à frente do Executivo até o final do atual mandato. Estado vem sendo comandado pelo presidente do TJ

» VINÍCIUS DORIA

A Assembleia Legislativa de Alagoas marcou para o próximo domingo a eleição indireta que define quem governará o estado até o fim do ano. O edital de convocação do pleito foi enviado para a edição on-line do *Diário Oficial* do estado, na noite de ontem, pelo presidente da Casa, deputado estadual Marcelo Victor (MDB), horas depois de o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes determinar ao legislativo alagoano que refizesse o documento com alterações. Desde a desincompatibilização do governador Renan Filho (MDB-AL), em abril, o estado vem sendo comandado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Klever Loureiro.

De acordo com o edital de convocação, ao qual o **Correio** teve acesso antes da publicação no *DO* do estado, quem quiser se candidatar ao mandato-tampão tem 72 horas — contadas a partir das 8h de hoje — para inscrever a chapa, que deverá conter, também, o nome do candidato a vice-governador, como determinou Gilmar (diferentemente da regra original, que previa eleições separadas para os dois cargos). Além disso, os candidatos precisam estar filiados a partidos políticos, mas não há necessidade de ratificação das chapas em convenção das legendas. Os postulantes, porém, estão sujeitos às restrições da Lei da Ficha Limpa.

Após esse período, abre-se imediatamente um prazo de 48 horas para impugnações, que serão julgadas pela Mesa Diretora da assembleia no próprio domingo, antes da eleição. A eleição ocorrerá “mediante voto nominal e aberto” dos deputados, de acordo com o edital. A votação está marcada para começar às 13h. Qualquer cidadão alagoano pode participar do pleito, desde que atenda às normas fixadas pelo edital.

Carlos Villa Verde/Assembleia Legislativa de Alagoas



Para Marcelo Victor, o fim do impasse no estado não é razão para comemoração: “Situação vexatória”

72h

é o prazo para a inscrição da chapa que concluirá o mandato que era de Renan Filho, que se desincompatibilizou em abril

Para Marcelo Victor, o fim do impasse no estado “não é motivo para comemorar”, pois marca o fim de uma “situação vexatória” patrocinada não pela Justiça, mas por forças políticas de Alagoas que tentaram inviabilizar a eleição. Ele elogiou a postura de Gilmar Mendes e disse que as adaptações do edital de convocação foram feitas imediatamente após a procuradoria da Casa tomar conhecimento das

determinações do ministro.

Gilmar Mendes decidiu, ainda, encaminhar a decisão para o plenário virtual do STF, de forma que todos os integrantes da Corte possam analisar o caso. “A questão constitucional alusiva à dupla vacância é sensível, com repercussões práticas profundas no funcionamento cotidiano da máquina estatal”, salientou na decisão.

Disputa de caciques

Renan Filho deixou o governo do estado no fim do prazo eleitoral de desincompatibilização, em abril. Como o vice-governador eleito em 2018, Luciano Barbosa (MDB), renunciou ao posto dois anos depois para disputar — e vencer — a eleição para prefeito de Arapiraca, e Marcelo Victor decidiu não assumir o governo para evitar a

inelegibilidade para outros cargos, o comando do estado ficou com o presidente do TJ-AL.

De acordo com a Constituição, se o vice-governador e o presidente do Legislativo estadual não puderem assumir o Executivo em decorrência da ausência do titular, o presidente do TJ deve ocupá-lo e convocar eleições indiretas para escolher o novo governante. A eleição estava marcada para 2 de maio, mas uma decisão do presidente do STF, Luiz Fux, suspendeu o processo com base em recurso impetrado pelo PSB.

Por trás do impasse está a disputa entre dois caciques da política nacional: de um lado, o grupo do ex-governador, que tem no pai, senador Renan Calheiros (MDB-AL), o principal líder; do outro, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), inimigo político dos Calheiros em Alagoas.

pagam todos os gastos do policial com hospedagem, alimentação e transporte durante a missão, tendo o servidor que custear o restante com o próprio salário”, diz nota da ADPF.

Audidores fiscais

Enquanto as categorias da segurança avaliam os sinais emitidos pelo Palácio do Planalto e pela equipe econômica, os servidores das demais carreiras do funcionalismo seguem de braços cruzados. No caso dos auditores fiscais da Receita Federal, representados pelo Sindifisco Nacional, as demandas vão além do reajuste salarial.

Segundo o sindicato, a mobilização da categoria ocorre por três questões. “O baixo orçamento da Receita Federal, a falta de concursos públicos, que não ocorrem há mais de oito anos, e a regulamentação da Lei 13.464/2017, que trata do bônus da categoria e outras disposições”, informou em nota.

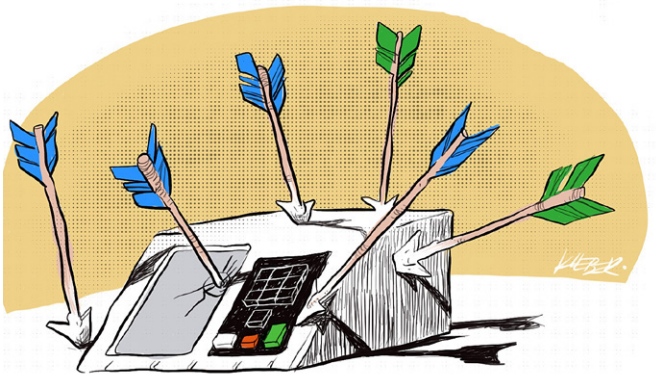
Já os servidores do Banco Central, representados pelo Sinal, retomaram a greve na semana passada e contam com a adesão de mais de 50% do quadro funcional. As demandas apresentadas pela categoria são a reposição da inflação de 27% nos salários, além da reestruturação da carreira de técnico e de analistas do BC. O sindicato informou ao **Correio** que o governo ignorou a realização de reuniões para tentar solucionar o impasse.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Como melar uma eleição democrática

A urna eletrônica é o maior avanço já realizado no Brasil para assegurar que nosso Estado de direito democrático seja realmente uma democracia de massas, segundo o princípio “cada cidadão um voto”, que caracteriza as eleições majoritárias no Brasil — principalmente as eleições para o Executivo, nos três níveis de federação. Só para ilustrar, esse princípio foi a principal reivindicação da luta contra o apartheid na África do Sul, em que pese a bandeira “Libertem Mandela”, o grande pai da democracia sul-africana.

As eleições proporcionais, embora tenham o mesmo princípio, não garantem uma representação exatamente proporcional ao número de eleitores de cada unidade da federação, porque São Paulo elege menos deputados do que seria a proporção de seu colégio eleitoral, e alguns estados com menos eleitores são sobre-representados, como Roraima, por exemplo.

Com a urna eletrônica, acabaram-se as fraudes eleitorais na contagem e na apuração dos votos, que eram muito frequentes quando o voto era impresso e apurados manualmente, inclusive durante o regime militar, e mesmo após a redemocratização. Em parte, o aperfeiçoamento do sistema decorreu da tentativa de fraude das eleições para o governo do Rio de Janeiro, em 1982, quando foi eleito o governador Leonel Brizola, numa operação tabajara realizada pelos órgãos de inteligência do governo do presidente João Batista Figueiredo.

Um sistema informatizado de apuração dos votos, feito pela empresa Proconsult, associada a antigos colaboradores do regime militar, transferia votos nulos e brancos para o candidato governista. Os indícios de que os resultados seriam fraudados surgiram da apuração paralela contratada pelo PDT à empresa Sysin Sistemas e Serviços de Informática, que divergiu completamente do resultado oficial. Outra fonte que obtinha resultados diferentes dos oficiais foi a Rádio Jornal do Brasil. A tentativa de fraude é analisada no documentário britânico *Beyond Citizen Kane* de 1993.

Com a adoção da urna eletrônica, porém, se tornou impossível alterar o resultado da votação na apuração e na computação dos votos, porque cada urna é um compartimento estanque, não conectado em rede, que registra, apura e emite o boletim de votação de cada seção eleitoral. Esses resultados, posteriormente, são transmitidos para os tribunais eleitorais e somados, num processo que possibilita a obtenção do resultado da eleição no mesmo dia.

Além disso, torna possível uma operação reversa de rastreamento, para conferir o resultado urna por urna, caso isso seja necessário. A inviolabilidade da urna eletrônica, porém, precisa ser atualizada a cada eleição, para impedir que sejam hackeadas.

Suspeitas fantasiosas

Desde quando tomou posse, o presidente Jair Bolsonaro (PL) levanta suspeitas sobre as urnas eletrônicas. Afirma que venceu as eleições de 2018 no primeiro turno, o que é fantasioso, sem qualquer base nos fatos. Chegou a promover uma tentativa de restabelecimento do voto impresso, que foi rejeitada pelo Congresso. Com a aproximação das eleições deste ano, nas quais concorrerá à reeleição, o presidente da República intensificou seus ataques ao processo eleitoral, levantando suspeitas sobre as urnas eletrônicas e, até mesmo, em relação à idoneidade dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para neutralizar esses ataques, o então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, decidiu ampliar o colégio de especialistas encarregado de testar a segurança das urnas e, para isso, também convidou um representante das Forças Armadas, que têm uma unidade de defesa cibernética a cargo do Exército. O que era para ser uma colaboração específica, entretanto, passou a ser tratado por Bolsonaro como uma espécie de tutela militar sobre processo eleitoral, o que é inconstitucional.

Mais de 80 questionamentos foram feitos pelo general Heber Garcia Portella, encarregado de representar as Forças Armadas nesse processo, que agora estão servindo de pretexto para desacreditar o processo, em lives e declarações do presidente da República. Ontem, o presidente do TSE, ministro Edson Fachin, encaminhou aos integrantes da Comissão de Transparência das Eleições (CTE) um ofício com as respostas técnicas da Corte às opiniões e recomendações expostas pelo Ministério da Defesa, em 22 de março deste ano.

As respostas tratam de novos questionamentos sobre a confiança do teste de integridade; o processo de amostragem aleatório para seleção de urnas que compõem o teste de integridade; a totalização com redundância pelos TREs; fiscalização e auditoria; a inclusão de urnas modelo UE2020 no teste público; os procedimentos normativos para a hipótese de verificação de irregularidade em teste de integridade; e as sugestões para uma possível duplicidade entre abstenção e voto.

Com esses esclarecimentos, o TSE deixou claro que a responsabilidade integral pela realização e lisura do pleito é da Justiça Eleitoral.

FUNCIONALISMO

Categorias se mobilizam por reajuste

» TÁISA MEDEIROS
» FERNANDA STRICKLAND
» RAPHAEL FELICE

O recuo do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre o reajuste e a reestruturação das carreiras da Polícia Federal fez com que a categoria iniciasse uma série de mobilizações em todo o país. Por causa da pressão das demais categorias do serviço público federal, o governo anunciou um reajuste linear de 5%, mas não retomou as conversas com policiais federais — uma das bases eleitorais de Bolsonaro — sobre a promessa feita em 2021. Para o Orçamento de 2022, foi aprovado R\$ 1,7 bilhão para a realização da reestruturação das carreiras da segurança pública.

Em assembleia, diferentes categorias da PF fecharam novas datas para as paralisações. A Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) definiu três manifestações: na quinta-feira — em todos os estados — e no dia 19. Também está marcada para 1º de junho uma marcha em Brasília que contará com a presença de integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Segundo Marcus Firme, presidente da Fenapef, os protestos podem se intensificar. “A depender do ambiente político, podemos convocar assembleia e definir algo mais incisivo”, disse.

Já a Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) confirmou que foram aprovadas paralisações parciais e mobilizações. O

Raphael Felice/CB/D.A Press



Agentes federais têm duas manifestações marcadas para este mês



A depender do ambiente político, podemos convocar assembleia e definir algo mais incisivo”

Marcus Firme,

presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf)

clima é de indignação, pois os delegados entendem que estão sendo desvalorizados. Em nota enviada na semana passada, definiram como “vergonhoso” o estado ao qual “estão submetidos os policiais”, apesar de Bolsonaro ter sido eleito com a segurança pública como uma das principais bandeiras.

“A categoria teve significativas perdas como: desamparo a família do policial morto em serviço; redução real do salário, ante o aumento da alíquota da contribuição previdenciária; trabalho em regime de sobreaviso não remunerado ou compensado; diárias cujos valores não